

**ACTA N.º 3/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2014.**

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira e onde compareceram os Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos e Francisco José Saturnino Cunha e ainda Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior. Registada a ausência, por motivos justificados, do vereador Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar.

Verificando-se quórum, o Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 06 de fevereiro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 113.495,06.

ATAS

Ata n.º 5 de 20 de dezembro de 2013. Não se registando qualquer proposta de alteração, foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Ata n.º 1/2014 de 9 de janeiro de 2014. Posta a ata à discussão o vereador Francisco Cunha sugeriu que ficasse registada na mesma a interrupção que se verificou na reunião. Posta à votação a ata foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara iniciou este período dando a palavra aos vereadores.

O Vereador Francisco Cunha iniciou a sua intervenção lamentando a ausência do Vereador Pedro Gaspar e fez alguns considerandos sobre a forma como alguns assuntos municipais são tratados, opinando que é aqui nas reuniões de câmara que os mesmos devem ser abordados e não noutros locais onde sob anonimato ou falsas identidades as palavras do presidente e dos vereadores são distorcidas, pondo em causa a veracidade dos factos. Acrescentou que tem vindo a pedir diversa documentação que não lhe tem sido entregue e que não se calará enquanto essa documentação não lhe for dada.

Relativamente à segurança em Alpiarça disse que no nosso concelho os últimos quatro

anos têm sido desastrosos e que Alpiarça passou de um dos concelhos mais seguros das redondezas e passamos a ser dos mais inseguros e perguntou o que é que a autarquia tem feito para salvaguardar a segurança dos seus munícipes. Solicitou também que lhe fossem dadas as atas das duas últimas reuniões do conselho municipal de segurança.

Apresentou uma proposta para colocação de equipamentos de resistência muscular na zona da Barragem dos Patudos.

Apresentou um requerimento pedindo uma clarificação e várias certidões sobre o Plano de Saneamento Financeiro que está em vigor no município de Alpiarça e sobre a obra constante das GOP'S designada de Parque de Base Recreativa e Formativa do Casalinho – Alpiarça.

Apresentou uma moção contra os aumentos brutais do tarifário elétrico.

O Presidente da Câmara passou a responder ao Vereador Francisco Cunha dizendo que esta última moção sobre os aumentos do tarifário elétrico viria à próxima reunião de câmara e que ele próprio apresentaria uma moção em alternativa sobre o mesmo assunto, com outros considerandos, uma vez que esta moção mistura a EDP com a empresa Águas do Ribatejo.

Sobre a documentação que tem vindo a ser solicitada pelo Vereador Francisco Cunha o Presidente da Câmara informou que é um assunto recorrente trazido aqui por este vereador a que já respondeu várias vezes alegando que vai enviando a documentação à medida que os serviços a vão preparando e à medida que ele próprio a vai podendo analisar. Sobre a documentação solicitada e relacionada com as AEC informou que há uma empresa do ramo à qual o senhor vereador está ou esteve ligado que tem um processo em Tribunal contra a Câmara e que há questões jurídicas que terão de ser tidas em conta, disse ainda que a Câmara de Alpiarça é uma câmara transparente e em que não há favorecimentos em concursos públicos.

Relativamente à insegurança e ao aumento da criminalidade em Alpiarça o Presidente da Câmara disse que os números que tem da criminalidade em Alpiarça não são coincidentes com os trazidos aqui pelo Vereador Francisco Cunha. Referiu-se também às reuniões que tem tido não só com membros do governo que detêm esta tutela e ainda com os sucessivos comandantes do posto da GNR de Alpiarça e que neste

momento o posto da GNR tem dezasseis elementos. Referiu-se também à preocupação que há com a segurança nos campos e às reuniões que se realizaram com agricultores e com as forças de segurança. Sobre a recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho onde está instalado o posto da GNR, havia a garantia da recuperação total do edifício com a comparticipação do governo através de fundos comunitários em 10%, a Câmara Municipal recorreria a fundos comunitários que comparticipariam em 85%, ficando os restantes 5% a cargo da Câmara. Entretanto houve um revés em relação à pretensão do governo e até outros processos mais adiantados que o nosso como é o caso de Salvaterra de Magos e de Alcanena estão parados porque o governo queria ir ao FEDER buscar dinheiro, mas este fundo não autorizou que as forças de segurança fossem subsidiadas desta forma.

Sobre os equipamentos de manutenção desportiva para colocar no Complexo Desportivo dos Patudos, o Presidente da Câmara considerou a proposta válida, embora peque por tardia pois é uma proposta idêntica a um assunto que já foi objeto de uma proposta de um munícipe na Assembleia Municipal e está já sob análise do Executivo, acrescentou que não é verdade que qualquer proposta apresentada pela força política do Vereador Francisco Cunha não seja discutida e votada como se comprovará pelas ordens do dia da próxima e de outras reuniões de câmara.

Sobre as considerações feitas sobre o PSF – Plano de Saneamento Financeiro no requerimento apresentado pelo mesmo vereador, o Presidente da Câmara disse que se há matéria que tem sido escrutinada nos órgãos autárquicos é o PSF, que foi aprovado em Abril de dois mil e onze e que vai semestralmente às reuniões de câmara e às assembleias municipais e é objeto de verificação por parte do Tribunal de Contas e nunca houve reparos por parte de qualquer entidade e garantiu que o PSF está a ser cumprido e não pode ser entendido como limitador total de qualquer obra ou realização que a autarquia queira realizar. Considerou que toda a documentação que o Vereador Francisco Cunha está a pedir sobre o Concurso da Obra do Casalinho pode ser obtida pelo mesmo na Plataforma e que ao fazê-lo desta forma vai obrigar os serviços a duplicarem todos os procedimentos que já tiveram de fazer para lançar o concurso e está a sobrecarregar os serviços.

O Vereador Francisco Cunha disse que não gostou de ver na primeira página do jornal

mais importante da Região uma certa notícia que considerou um assunto não resolvido que já vem dos mandatos PS e que entende deve ser resolvido pelo atual Presidente da Câmara. Sobre o Plano de Saneamento Financeiro o Vereador opinou que não disse em tempo algum que o mesmo não está a ser cumprido, apenas pediu elementos para poder analisar e não pediu uma resposta urgente. Depois o Vereador Francisco Cunha referiu que sobre o assunto do Parque de Campismo nunca fez comentários e apenas pediu documentação e que o envelope que o Presidente da Câmara lhe entregou nesta reunião e que supostamente deveria ter documentação do parque de campismo tem afinal é uma resposta das Águas do Ribatejo às descargas no Rio Alviela que foi um assunto levantado na Assembleia Municipal. O Presidente da Câmara disse que o envelope estava fechado e que deve ter havido uma troca de envelopes. Relativamente ao assunto das AEC'S o Vereador Francisco Cunha disse que enquanto vereador apenas pediu documentação trocada entre a Câmara de Alpiarça e o Ministério da Educação e que nada tem a ver com a empresa nem com processos que estejam em Tribunal e que não tomou aqui qualquer posição a favor da empresa e contra a Câmara de Alpiarça. Sobre a segurança e os roubos o Vereador Francisco Cunha disse entender que isso não se resolve em reuniões com ministros. Depois o vereador disse que foi eleito para Vereador da Câmara de Alpiarça para defender os problemas dos alpiarcenses e não para discutir as políticas do governo. De qualquer maneira disse que quem os portugueses têm querido desde sempre no governo tem sido o PS ou o PSD, estejam errados ou não é uma decisão do povo. Acrescentou que o povo de Alpiarça quer é pagar a eletricidade mais barata, a água mais barata e não querem ser assaltados todos os dias e querem mais emprego e acusou o Presidente da Câmara de não fazer nada para criar postos de trabalho, a não ser aqui na câmara e se tiverem o cartão do partido ainda mais rápido é.

Neste momento o Presidente da Câmara interrompeu a reunião. Retomados os trabalhos passados alguns minutos foi dado início à ordem de trabalhos.

ORDEM DO DIA:

VÁRIOS

Ponto 1 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 3/VCP/2014. Proposta de apoio para publicação do livro “Alpiarça, um Concelho da República”, de José João Pais, no valor

de € 1.500,00.

O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador Carlos Pereira para apresentar a proposta que consiste na aquisição de cento e cinquenta exemplares deste livro, a dez euros por exemplar, tendo em conta a sua importância bibliográfica enquanto trabalho de investigação e uma vez que 2014 é o ano do centenário do concelho, sendo que esta obra enquanto marco cultural da história do concelho e das suas gentes é merecedora de todo o apoio possível por parte da Autarquia.

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto 2 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 3/VJPA/2014. Proposta de atribuição de subsídios às Associações Culturais e Desportivas do Concelho – Ano 2014.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão dizendo que a autarquia mantém a linha que tem vindo a ser traçada que é contar com as coletividades do nosso concelho como parceiros ativos na dinamização desportiva e cultural e como tal a autarquia tem vindo a aumentar ligeiramente todos os anos o apoio ao movimento associativo. O Presidente da Câmara deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que informou que este ano há um aumento dos apoios superior a 4% e explicou que os valores propostos se baseiam em critérios ligados ao número de sócios, ao número de praticantes e ao número de modalidades praticadas, havendo dois casos em que os subsídios atribuídos se prendem com a cedência de instalações para serviços da câmara municipal.

O Vereador Francisco Cunha disse que não queria pôr em causa os valores atribuídos mas como desconhecia os planos de atividades das associações não podia votar conscientemente este ponto e dada também a ausência do Vereador Pedro Gaspar, sugeriu que o Presidente da Câmara adiasse este ponto para uma próxima reunião de câmara, também acrescentou que se ouvem conversas em que algumas secções se queixam que os subsídios nunca chegam ao destino, ou seja às secções, ficando retido na direção das associações e que cabe ao município fiscalizar o destino dos subsídios dados pelo município.

O Vereador João Pedro Arraiolos prometeu remeter aos vereadores cópias dos planos de atividades das associações para o ano em curso.

O Presidente da Câmara respondeu que há um Regulamento próprio em que os

serviços da autarquia se baseiam para proporem os valores dos subsídios a atribuir. Relativamente aos trâmites das verbas no interior dos clubes opinou que não cabe fundamentalmente à câmara esse acompanhamento, sendo esse um trabalho dos sócios, das secções e dos corpos gerentes das associações, embora a Câmara esteja atenta a essas situações e tenha procurado alertar para as mesmas sempre que reúne com as coletividades.

Posto o ponto à votação foi aprovado por maioria, com a abstenção do Vereador Francisco Cunha que em declaração de voto disse que se absteve não por ser contra a atribuição de subsídios às coletividades, antes pelo contrário, mas que desconhece os fundamentos em que a autarquia se baseou.

Ponto 3 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 4/VJPA/2014. Proposta de emissão de parecer prévio vinculativo para celebração de contrato de aquisição de serviços de revisão legal das contas do Município de Alpiarça nos anos 2014, 2015, e 2016, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e respetiva autorização para assumir o compromisso plurianual. Remeter à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta, informando que esta contratação decorre de uma imposição legal.

Não se registando mais qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 5/VJPA/2014. Proposta para aquisição de serviços na área dos seguros.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta, dizendo que a mesma tem enquadramento por força do acordo de quadros e da economia de escala já definida por todos os municípios que integram a CIMLT em que existe uma série de serviços que são contratados pela comunidade intermunicipal cabendo depois a cada um dos municípios fazer o ajuste direto a cada uma dessas empresas que são contratadas para fazer esses mesmos serviços, daí que ao abrigo da autorização dada pela Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais, vêm hoje aqui uma série de propostas para autorizar a assunção desses compromissos plurianuais, sendo neste

caso a aquisição de serviços na área de seguros, com a duração de três anos.

Não se registrando mais qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Vereador Francisco Cunha.

Ponto 5 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 6/VJPA/2014. Proposta para aquisição de serviços de comunicações de dados e voz fixas.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta, informando que o ponto é semelhante ao anterior sendo que neste caso se trata de aquisição de serviços de comunicações de dados e voz fixas.

Não se registrando mais qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Vereador Francisco Cunha.

Ponto 6 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 7/VJPA/2014. Proposta para a aquisição de serviços de comunicações e voz móveis.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta, informando que o ponto é semelhante ao anterior tratando-se no caso presente de uma aquisição de serviços de comunicações e voz móveis.

Não se registrando mais qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do vereador Francisco Cunha.

Ponto 7 – Município de Alpiarça. Proposta n.º 7/VJPA/2014. Proposta para a aquisição de serviços de manutenção de elevadores.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos que fez a apresentação da sua proposta, informando que o ponto é semelhante ao anterior sendo que neste caso se trata de aquisição de serviços de manutenção de elevadores.

O Vereador Francisco Cunha achou os valores algo exagerados e perguntou onde se situavam os elevadores, sendo esclarecido pelo Vereador João Pedro Arraiolos.

Não se registrando mais qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do vereador Francisco Cunha.

Ponto 8 – Município de Alpiarça. Proposta VFC/2014. Atribuição da Medalha municipal de Mérito Desportivo a Victor Ferreira, da Casa do Xadrez de Alpiarça.

O Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão dizendo tratar-se de uma proposta apresentada pelo Vereador Francisco Cunha na última reunião de Câmara.

O Vereador Francisco Cunha não viu necessidade de voltar a apresentar a sua proposta. Não se registando mais qualquer intervenção foi o ponto posto à votação tendo sido provado por unanimidade.

PERÍODO DO PÚBLICO

Intervenção do munícipe Eduardo Costa, que usou da palavra sobre a substituição de contentores na Zona do Sacadura, chamou também a atenção para a necessidade de lavagem e desinfeção destes e de outros contentores e solicitou a possibilidade de serem tapados alguns buracos na rua onde mora cujo asfaltamento se está a degradar de ano para ano, rua essa cuja reparação segundo o munícipe já foi solicitada por mais de uma vez no último mandato da outra força política.

O Presidente da Câmara e o Vereador Carlos Pereira deram os necessários esclarecimentos ao munícipe.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram 17 horas e 40 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.